ISSN: 2358-8829

NEABI E A EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: O PAPEL DAS AÇÕES AFIRMATIVAS NOS INSTITUTOS FEDERAIS

Kawan Yarley da Silva França [1]
João Vitor da Conceição de Sousa [2]
Vanda Marinha Silva Gomes [3]

INTRODUÇÃO

O A educação brasileira é atravessada por desigualdades históricas que atingem, de maneira particular, a população negra e os povos indígenas. Essas desigualdades não se manifestam apenas nas condições de acesso às instituições de ensino, mas também nas oportunidades de permanência, reconhecimento, participação e valorização das diferentes identidades culturais. Nesse contexto, pensar uma educação verdadeiramente democrática exige reconhecer os efeitos históricos do racismo e desenvolver práticas institucionais capazes de enfrentá-lo.

As ações afirmativas surgem como instrumentos importantes para a redução dessas desigualdades, buscando ampliar oportunidades para grupos historicamente marginalizados. No âmbito educacional, as políticas de cotas representam uma conquista significativa, pois contribuem para democratizar o acesso às instituições públicas de ensino. Entretanto, a inclusão não pode ser compreendida apenas como a entrada do estudante na instituição. É necessário garantir condições para sua permanência, participação e desenvolvimento acadêmico, considerando também as experiências de discriminação e exclusão que podem ocorrer no ambiente escolar.

Nesse cenário, os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABIs) desempenham uma função estratégica nos Institutos Federais. Esses espaços promovem debates, ações educativas e atividades de valorização das histórias e culturas afro-brasileiras e indígenas, contribuindo para a construção de uma cultura institucional comprometida com a diversidade e com o enfrentamento ao racismo. Sua atuação também

[1] Graduando do Curso de Ciencia e trecnologia de alimentos do Instituto Federal - IFMA, kawanfranca@acad.ifma.edu.br
[2] Graduado pelo Curso de Ciencia e trecnologia de alimentos da Instituto Federal - IFMA, conceicao.sousa@acad.ifma.edu.br
[3] Professor orientador: Doutora em Artes, Instituto federal - IFMA, prof.vanda.marinha@acad.ifma.edu.br

ISSN: 2358-8829

possibilita aproximar as políticas de acesso das ações voltadas à permanência e ao pertencimento dos estudantes.

A legislação brasileira estabelece importantes fundamentos para esse processo. A Lei nº 10.639/2003 tornou obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira nos estabelecimentos de ensino, enquanto a Lei nº 11.645/2008 ampliou essa obrigatoriedade, incluindo a história e cultura dos povos indígenas. Essas normativas representam avanços importantes, mas sua efetivação depende de práticas pedagógicas contínuas, capazes de superar abordagens pontuais e integrar a diversidade étnico-racial aos diferentes componentes curriculares.

A partir dessas discussões, este trabalho tem como objetivo analisar o papel das ações afirmativas na promoção de uma educação antirracista nos Institutos Federais, considerando especialmente a atuação do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas do Instituto Federal do Maranhão (IFMA), Campus Caxias. Busca-se compreender como o NEABI contribui para o debate sobre inclusão, permanência estudantil, construção da identidade negra e indígena e implementação das legislações voltadas à educação das relações étnico-raciais.

A pesquisa parte da compreensão de que as ações afirmativas precisam estar articuladas a iniciativas pedagógicas e institucionais permanentes. Para isso, considera as atividades desenvolvidas pelo NEABI Campus Caxias, com atenção às discussões realizadas em seis encontros entre fevereiro e abril de 2026. Os resultados parciais indicam que o núcleo constitui um espaço relevante de reflexão crítica, troca de experiências e fortalecimento de práticas educativas voltadas à valorização da diversidade étnico-racial.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza descritiva e analítica, desenvolvida a partir de revisão bibliográfica e análise documental, articuladas à observação das atividades realizadas pelo Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas do Instituto Federal do Maranhão, Campus Caxias.

A abordagem qualitativa foi adotada por possibilitar a compreensão das experiências, discussões e percepções relacionadas à educação antirracista e às ações afirmativas no contexto institucional. Diferentemente de uma análise exclusivamente

quantitativa, essa perspectiva permite observar os significados atribuídos às atividades desenvolvidas, as formas de participação dos envolvidos e as reflexões produzidas durante os encontros.

O recorte empírico considerado neste trabalho corresponde às atividades realizadas ao longo de seis encontros do NEABI Campus Caxias, no período de fevereiro a abril de 2026. As informações foram organizadas com base no relatório parcial da pesquisa, elaborado a partir da observação direta e das dinâmicas de trabalho realizadas pelo núcleo.

A análise foi estruturada em quatro eixos principais: o papel das ações afirmativas no acesso e na permanência estudantil; a construção e valorização das identidades negras e indígenas; a implementação das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008; e a interdisciplinaridade como possibilidade de desenvolvimento de práticas pedagógicas antirracistas.

O levantamento bibliográfico considerou obras relacionadas ao racismo estrutural, à educação das relações étnico-raciais, ao movimento negro, à identidade e às práticas educativas antirracistas. Entre os autores utilizados estão Silvio Luiz de Almeida, Nilma Lino Gomes, Kabengele Munanga, Bárbara Carine Soares Pinheiro e Djamila Ribeiro.

Também foram consideradas as legislações educacionais relacionadas à temática, especialmente as Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008. A articulação entre essas fontes possibilitou relacionar as discussões teóricas às experiências observadas no contexto do NEABI.

Por se tratar de resultados parciais, as análises apresentadas estão limitadas ao período e às atividades contempladas no relatório. Dessa forma, não se pretende afirmar que as questões discutidas foram definitivamente solucionadas, mas identificar contribuições, avanços e desafios percebidos durante o desenvolvimento da pesquisa

REFERENCIAL TEÓRICO

Ações afirmativas e enfrentamento ao racismo estrutural

As ações afirmativas constituem instrumentos fundamentais para o enfrentamento das desigualdades historicamente construídas na sociedade brasileira. Sua importância está relacionada à necessidade de reconhecer que determinados grupos foram submetidos

a processos históricos de exclusão que continuam produzindo consequências no acesso aos direitos sociais, à educação e às oportunidades profissionais.

Nesse debate, a compreensão do racismo como fenômeno estrutural é essencial. Almeida (2019) discute como o racismo se encontra presente nas estruturas sociais, políticas e econômicas, ultrapassando as manifestações individuais de preconceito. Essa perspectiva permite compreender que o enfrentamento ao racismo não depende somente de mudanças nas atitudes pessoais, mas também de transformações nas práticas, nos valores e nas organizações institucionais.

No campo educacional, as políticas de cotas representam uma das principais expressões das ações afirmativas. Elas contribuem para ampliar o acesso de estudantes negros, indígenas e de outros grupos historicamente excluídos às instituições públicas de ensino. Entretanto, a democratização do acesso precisa estar acompanhada de políticas de permanência e de reconhecimento das diferentes trajetórias dos estudantes.

Assim, as ações afirmativas não devem ser compreendidas apenas como mecanismos de ingresso, mas como parte de um compromisso institucional mais amplo com a equidade. A construção de ambientes educacionais acolhedores, o combate às práticas discriminatórias e a valorização das identidades são dimensões necessárias para que a inclusão se concretize.

O NEABI e a construção de uma educação antirracista

Os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas representam espaços de articulação entre ensino, pesquisa, extensão e formação cidadã. Sua atuação contribui para ampliar o debate sobre as relações étnico-raciais, valorizar conhecimentos historicamente marginalizados e estimular práticas pedagógicas comprometidas com a diversidade.

A importância desses espaços pode ser relacionada à discussão de Gomes (2017), que apresenta o movimento negro como produtor de conhecimentos e como agente fundamental das lutas por emancipação. Nessa perspectiva, a educação antirracista não se limita à transmissão de conteúdos sobre a história da população negra, mas envolve o reconhecimento de suas contribuições, experiências e formas de organização social.

O NEABI também pode atuar como espaço de escuta e participação, permitindo que estudantes e servidores compartilhem experiências e reflitam sobre situações de racismo e discriminação. Essa atuação fortalece o diálogo institucional e contribui para

ISSN: 2358-8829

que as questões étnico-raciais sejam tratadas de maneira permanente, e não apenas em datas comemorativas.

A presença do núcleo nos Institutos Federais possibilita, portanto, aproximar a discussão acadêmica da realidade vivenciada pela comunidade escolar. Ao promover encontros, debates e atividades formativas, o NEABI contribui para a construção de uma instituição mais consciente de sua responsabilidade na promoção da igualdade racial.

Identidade, pertencimento e valorização da diversidade

A construção da identidade negra e indígena está diretamente relacionada às experiências individuais e coletivas, ao reconhecimento histórico e à valorização das referências culturais. Em uma sociedade marcada pelo racismo, o processo de reconhecimento da própria identidade pode ser atravessado por estereótipos, discriminações e pela desvalorização de características culturais e históricas.

Munanga (2012) contribui para essa discussão ao abordar os usos e sentidos da negritude, permitindo compreender a importância da valorização da identidade negra e do reconhecimento de sua história. No ambiente escolar, essa valorização exige que os estudantes encontrem referências positivas sobre suas origens, culturas e contribuições para a sociedade.

A instituição de ensino possui, nesse sentido, responsabilidade que ultrapassa a oferta de conteúdos curriculares. É necessário construir espaços em que diferentes identidades sejam respeitadas e reconhecidas, possibilitando que os estudantes desenvolvam o sentimento de pertencimento.

A discussão sobre lugar de fala, apresentada por Ribeiro (2017), também contribui para refletir sobre a importância de reconhecer as diferentes posições sociais a partir das quais os sujeitos produzem experiências e conhecimentos. Dessa maneira, os espaços de diálogo promovidos pelo NEABI podem favorecer o protagonismo de estudantes negros e indígenas, respeitando suas vivências e ampliando sua participação nas discussões institucionais.

Legislação e práticas pedagógicas antirracistas

A Lei nº 10.639/2003 e a Lei nº 11.645/2008 representam marcos importantes para a educação brasileira, pois estabelecem a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena. Essas legislações contribuem para questionar currículos historicamente organizados a partir de referências predominantemente eurocêntricas.

ISSN: 2358-8829

Entretanto, a existência de normas legais não garante, por si só, sua efetiva implementação. É necessário que os conteúdos relacionados às histórias e culturas afro-brasileiras e indígenas estejam presentes de maneira contínua nos planejamentos pedagógicos e nas práticas de ensino.

Pinheiro (2023) apresenta reflexões sobre a atuação de educadores comprometidos com o enfrentamento ao racismo, contribuindo para pensar a responsabilidade da escola na construção de práticas educativas antirracistas. Essa perspectiva reforça a importância da formação docente e da revisão de práticas que reproduzem estereótipos ou invisibilizam determinados grupos sociais.

Nesse processo, o NEABI pode contribuir com o corpo docente por meio de debates, orientações e atividades de formação, favorecendo a integração das temáticas étnico-raciais aos diferentes componentes curriculares.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A atuação do NEABI Campus Caxias e o envolvimento da comunidade acadêmica

A análise das atividades desenvolvidas pelo NEABI Campus Caxias, durante o período de fevereiro a abril de 2026, foi organizada a partir de seis encontros registrados no relatório parcial da pesquisa. As observações realizadas indicam um envolvimento progressivo da comunidade acadêmica nas discussões propostas pelo núcleo.

As atividades possibilitaram a exposição de conteúdos teóricos e, simultaneamente, a troca de experiências entre os participantes. Esse aspecto foi importante para ampliar a compreensão sobre as desigualdades raciais e sobre a responsabilidade das instituições de ensino na construção de uma educação comprometida com a cidadania e a equidade.

As discussões não se limitaram à apresentação de conceitos. As dinâmicas realizadas favoreceram a reflexão sobre situações sociais e educacionais, permitindo relacionar os conteúdos abordados às experiências vivenciadas no cotidiano institucional.

A partir dessas observações, percebe-se que o NEABI desempenha uma função que ultrapassa a realização de encontros temáticos. Sua atuação contribui para estabelecer um espaço permanente de diálogo e formação, no qual a comunidade acadêmica pode discutir questões relacionadas ao racismo, à diversidade e às políticas de inclusão.

Esse resultado dialoga com Gomes (2017), ao reconhecer a produção de conhecimentos e a organização coletiva como dimensões importantes das lutas por emancipação. No contexto institucional, o NEABI contribui para que a discussão das relações étnico-raciais seja incorporada à formação acadêmica e à construção de uma cultura de respeito à diversidade.

Ações afirmativas: acesso, permanência e inclusão

Um dos principais eixos identificados nos encontros foi a discussão sobre o impacto das ações afirmativas, especialmente das políticas de cotas. As reflexões desenvolvidas apontaram que essas políticas não devem ser compreendidas somente como mecanismos de ingresso nas instituições de ensino, mas também como instrumentos relacionados à permanência e à mobilidade social da população negra, parda e indígena.

A discussão permitiu reconhecer que o acesso à educação representa uma etapa importante, mas não suficiente para garantir a inclusão. A permanência dos estudantes depende de condições institucionais que considerem suas diferentes realidades, combatam práticas discriminatórias e valorizem suas identidades.

Nesse sentido, o NEABI foi identificado como um espaço de articulação entre as políticas de acesso e as ações de permanência. As discussões realizadas evidenciaram a importância de ambientes institucionais nos quais os estudantes possam refletir sobre suas experiências, reconhecer situações de racismo e encontrar apoio para a construção de uma trajetória acadêmica marcada pelo respeito e pelo pertencimento.

Outro aspecto relevante foi a reflexão sobre a evasão escolar relacionada a violências simbólicas e ao racismo institucional. Embora o relatório parcial não apresente dados quantitativos que permitam medir a ocorrência dessas situações no Campus Caxias, as discussões apontam para a necessidade de considerar tais fatores na elaboração e no acompanhamento das políticas de permanência.

Dessa forma, as ações afirmativas precisam estar acompanhadas de iniciativas educativas e institucionais que assegurem condições para que os estudantes não apenas ingressem, mas também permaneçam e participem plenamente da vida acadêmica.

Construção e valorização das identidades negras e indígenas

A construção da identidade e do sentimento de pertencimento constitui uma dimensão importante da educação antirracista. As discussões desenvolvidas no NEABI permitiram reconhecer a necessidade de valorizar as histórias, culturas e experiências da população negra e dos povos indígenas no ambiente educacional.

O relatório parcial destaca a importância do núcleo como espaço de reflexão crítica e troca de experiências. Embora não apresente registros específicos que permitam medir mudanças individuais na construção da identidade dos estudantes, as atividades observadas demonstram a relevância de promover ambientes nos quais essas questões possam ser discutidas de maneira aberta e respeitosa.

A valorização das identidades também exige questionar representações estereotipadas e narrativas que invisibilizam a participação histórica de negros e indígenas na formação da sociedade brasileira. Nesse sentido, a educação antirracista deve contribuir para ampliar as referências culturais e históricas presentes no cotidiano escolar.

A discussão aproxima-se das reflexões de Munanga (2012), que aborda a negritude como dimensão importante do reconhecimento e da valorização da identidade negra. Também se relaciona à contribuição de Ribeiro (2017), ao destacar a importância de reconhecer os diferentes lugares sociais a partir dos quais os sujeitos constroem suas experiências e participam da produção do conhecimento.

Assim, o NEABI contribui para fortalecer o reconhecimento da diversidade e para ampliar as possibilidades de participação dos estudantes nas discussões sobre suas próprias histórias e identidades.

Implementação das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008

Outro resultado relevante das atividades foi a discussão sobre a implementação das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 no contexto educacional. As observações registradas indicam a existência de um esforço institucional para que as temáticas afro-brasileiras e indígenas não sejam trabalhadas exclusivamente durante o mês de novembro ou em atividades isoladas.

Durante os encontros, foram discutidas possibilidades de integração desses conteúdos aos planos de ensino, considerando a necessidade de desenvolver uma abordagem contínua e articulada entre os componentes curriculares.

O relatório aponta que a descolonização dos currículos permanece como um desafio, mas também identifica avanços relacionados ao suporte técnico-pedagógico e às discussões promovidas pelos integrantes do NEABI junto ao corpo docente.

Essa constatação evidencia que a implementação da legislação depende de um trabalho coletivo. Não basta inserir conteúdos sobre a história e a cultura afro-brasileira e indígena de maneira pontual; é necessário questionar as referências que orientam a organização

curricular e ampliar o reconhecimento dos conhecimentos produzidos por diferentes povos e grupos sociais.

Nesse contexto, a atuação do NEABI é relevante por estimular o debate e contribuir para que as exigências legais sejam incorporadas às práticas pedagógicas. A continuidade dessas ações pode favorecer uma formação acadêmica mais plural, crítica e comprometida com o enfrentamento das desigualdades raciais.

Interdisciplinaridade como ferramenta de educação antirracista

A interdisciplinaridade foi identificada nos encontros como uma possibilidade importante para ampliar a presença das discussões étnico-raciais nos diferentes campos do conhecimento. O relatório parcial destaca experiências e possibilidades de articulação entre as áreas de Artes, História, Sociologia, Filosofia, Matemática e Química.

Nas áreas de História, Sociologia e Filosofia, a abordagem interdisciplinar permite discutir o protagonismo negro e indígena na formação da sociedade, as relações de poder, o racismo estrutural e as diferentes formas de organização e compreensão do mundo. Também possibilita apresentar cosmovisões africanas e indígenas, como Ubuntu e Bem Viver, ampliando as referências utilizadas no processo educativo.

Nas Artes, a educação antirracista pode ocorrer por meio da valorização das manifestações culturais afro-diaspóricas e indígenas, da análise das representações visuais e da desconstrução de estereótipos. A linguagem artística permite trabalhar a diversidade cultural de forma expressiva, favorecendo o reconhecimento das diferentes formas de criação e produção cultural.

Nas Ciências Exatas, o relatório destaca possibilidades de abordagem da etnomatemática, dos fractais presentes na arquitetura africana e de jogos de matriz africana, como o Mancala. Essas experiências permitem relacionar conhecimentos matemáticos a produções culturais e históricas de diferentes povos, questionando a ideia de que a produção científica e tecnológica está restrita a uma única tradição cultural.

Na Química, foram apontadas possibilidades de discussão sobre racismo ambiental, cosméticos destinados a diferentes características de pele e cabelo, metalurgia ancestral africana e conhecimentos tradicionais indígenas relacionados às propriedades de plantas. Essas abordagens contribuem para contextualizar os conteúdos científicos e reconhecer a diversidade de conhecimentos que participa da construção da ciência.

A discussão sobre essas experiências aproxima-se das contribuições de Pinheiro (2021), especialmente no que se refere ao reconhecimento das invenções e contribuições

científico-tecnológicas de pessoas negras. A valorização dessas produções permite questionar narrativas que apresentam a ciência como resultado exclusivo de uma tradição europeia.

A interdisciplinaridade, portanto, amplia as possibilidades de implementação de uma educação antirracista, pois demonstra que as relações étnico-raciais não constituem um tema restrito às Ciências Humanas. Ao contrário, podem ser incorporadas aos diferentes campos do conhecimento, contribuindo para uma formação mais abrangente e socialmente comprometida.

Síntese dos resultados parciais

A sistematização das observações realizadas durante os seis encontros permite identificar quatro dimensões principais de contribuição do NEABI Campus Caxias:

1. **Formação e conscientização:** ampliação das discussões sobre racismo, desigualdade racial, reparação histórica e responsabilidade institucional.
2. **Acesso e permanência:** reconhecimento da importância das ações afirmativas para além do ingresso, considerando as condições de permanência e participação dos estudantes.
3. **Valorização das identidades:** fortalecimento do debate sobre pertencimento, reconhecimento histórico e valorização das culturas negras e indígenas.
4. **Práticas pedagógicas:** incentivo à implementação das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 e à integração das temáticas étnico-raciais aos diferentes componentes curriculares.

Essas dimensões demonstram que a atuação do NEABI pode contribuir para transformar a cultura acadêmica por meio de ações educativas, debates e articulações institucionais. Os resultados ainda são parciais e não permitem mensurar quantitativamente os impactos das atividades, mas evidenciam a relevância do núcleo como espaço de formação, reflexão e promoção da equidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida neste trabalho permite compreender a importância das ações afirmativas e da atuação dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas na construção de uma educação antirracista nos Institutos Federais. A partir das atividades observadas no NEABI do IFMA Campus Caxias, foi possível identificar contribuições relacionadas à formação crítica

da comunidade acadêmica, à valorização das identidades negras e indígenas e à discussão sobre a permanência estudantil.

Os seis encontros analisados, realizados entre fevereiro e abril de 2026, demonstraram a relevância de espaços institucionais que promovam o diálogo e a reflexão sobre as relações étnico-raciais. As atividades favoreceram a troca de experiências e a discussão sobre reparação histórica, políticas de cotas, racismo institucional e responsabilidade social da instituição de ensino.

Os resultados também apontaram para a necessidade de compreender as ações afirmativas como políticas que não se encerram no acesso à educação. A inclusão exige condições de permanência, reconhecimento e participação, tornando indispensável a existência de iniciativas que enfrentem práticas discriminatórias e contribuam para o sentimento de pertencimento dos estudantes.

Outro aspecto importante diz respeito à implementação das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008. As discussões realizadas indicam esforços para integrar as temáticas afro-brasileiras e indígenas aos planos de ensino, superando abordagens pontuais. Nesse processo, a interdisciplinaridade apresenta-se como uma possibilidade significativa, permitindo que diferentes áreas do conhecimento reconheçam e valorizem as contribuições históricas, culturais, científicas e tecnológicas de populações negras e indígenas.

Conclui-se, portanto, que o NEABI Campus Caxias desempenha uma função importante na promoção de uma cultura institucional comprometida com a diversidade e com o enfrentamento ao racismo. Sua atuação contribui para aproximar as políticas de inclusão das práticas pedagógicas e para fortalecer o debate sobre equidade no ambiente educacional.

Por se tratar de uma análise parcial, considera-se necessário dar continuidade à investigação, ampliando o acompanhamento das atividades do núcleo e aprofundando a compreensão sobre seus efeitos na comunidade acadêmica. Pesquisas futuras poderão investigar de maneira mais específica as experiências dos estudantes, as práticas docentes e os desafios institucionais relacionados à permanência e à educação das relações étnico-raciais.

Dessa forma, reafirma-se que a construção de uma educação antirracista depende de compromisso coletivo e de ações permanentes. Os NEABIs constituem espaços fundamentais nesse processo, pois contribuem para que a diversidade deixe de ser apenas

um princípio institucional e se torne parte efetiva das práticas educativas e das relações construídas no cotidiano dos Institutos Federais.

Palavras-chave: NEABI; Educação antirracista; Ações afirmativas; Relações étnico-raciais; Institutos Federais.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao Instituto Federal do Maranhão (IFMA), Campus Caxias, pelo espaço institucional de desenvolvimento da pesquisa, ao Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) pelas atividades e discussões que contribuíram para a construção deste trabalho, à professora orientadora pelo acompanhamento e orientação da pesquisa e à Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA), pelo apoio ao desenvolvimento do projeto.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jan. 2003.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 mar. 2008.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis: Vozes, 2017.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude: usos e sentidos**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

PINHEIRO, Bárbara Carine Soares. **História preta das coisas: 50 invenções científico-tecnológicas de pessoas negras**. São Paulo: Livraria da Física, 2021.

PINHEIRO, Bárbara Carine Soares. **Como ser um educador antirracista: para familiares e professores**. São Paulo: Planeta, 2023.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ISSN: 2358-8829

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.